

## ■ Ana Preto

O gabinete de AIBT do Côa, em Vila Nova de Foz Côa, vai encerrar, e a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo já agendou uma Assembleia Municipal extraordinária, para o próximo dia 4 de Fevereiro, para estabelecer as acções que o concelho irá tomar contra este encerramento, bem como as acções favoráveis à construção da Barragem do Baixo Sabor.

Aires Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, não deixa de relacionar este encerramento com os argumentos, para que seja construída a Barragem do Baixo Sabor, recordando os

*"Os que eram pela suspensão da barragem e pelo património nunca mais cá puseram os pés".*

motivos que levaram à constituição das acções integradas para o desenvolvimento do vale do Côa – o designado Procôa, no âmbito do II QCA (Quadro Comunitário de Apoio), e a AIBT (Acção Integrada de Base Territorial), no âmbito do actual QCA – cujo objectivo era apoiar investimentos de âmbito turístico e de conservação do património.

O apoio, embora importante, não terá cumprido o objectivo proposto, ou seja, o desenvolvimento turístico da região como alternativa à barragem de Foz Côa, suspensa em 1996, por causa das gravuras rupestres descobertas no vale do Côa. Nessa época, "diziam que era o património a grande alavanca do desenvolvimento turístico", afirma Aires Ferreira, acrescentado que, à data, não tomou nenhuma posição favorável ou desfavorável à construção da barragem do Côa.

Nessa altura, estimava-se que cerca de 200 mil turistas por ano iriam ver as gravuras rupestres. Hoje, o número de turistas fica aquém das expectativas, e "os que eram pela suspensão da barragem e pelo património nunca mais puseram cá os pés". Aires Ferreira faz a estimativa de que o mesmo irá acontecer com os turistas e ambientalistas, se também a

barragem do Baixo Sabor não for construída.

Agora, os que são contra a barragem dizem que "o turismo é que é", mas esse tipo de turismo "não existe", considera o autarca, que vem defendendo a construção da barragem do Baixo Sabor como um empreendimento fundamental para o desenvolvimento de Torre de Moncorvo.

Esse desenvolvimento resultante da barragem é também esperado por outros concelhos limítrofes, como Alfândega da Fé, que tomou já uma posição pública em defesa da barragem.

Para além de a barragem significar desenvolvimento, Aires Ferreira considera que no Sabor não existe nada a defender e, "pelo menos, no Côa há um património que podia ser rentabilizado", se as prometidas acessibilidades tivessem "passado do papel", o que nunca aconteceu. No Baixo Sabor, pelo contrário, "não há sequer um património nacional", e a área que os ambientalistas vêm defendendo como de extrema importância para a conservação da natureza, não faz sequer parte dos 20 por cento do território nacional que estão integrados em áreas protegidas.

Segundo o autarca, apesar de o programa não ter cumprido o seu objectivo, os projectos desenvolvidos no âmbito dos apoios do Procôa e da AIBT do Côa foram importantes, tinham uma forte componente de desenvolvimento local e representaram investimentos, impossíveis de realizar de outra forma nestes concelhos limítrofes e pobres.

Contudo, "passados estes anos,

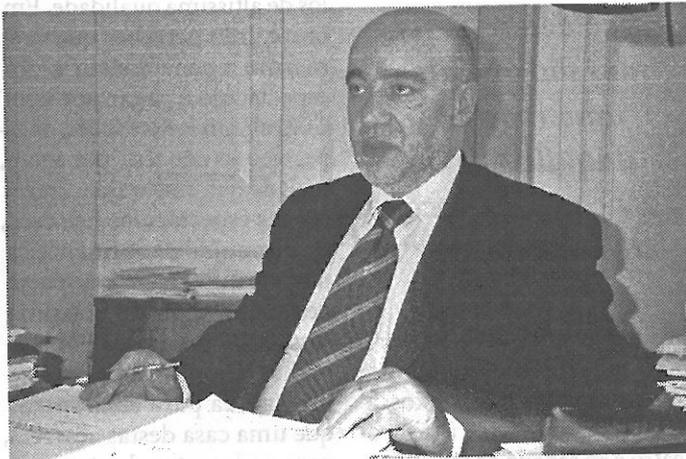
há aqui uma imagem de que isto já não interessa", afirma, referindo-se ao encerramento do balcão da AIBT, acrescentado que a medida "tem o mérito de reconhecer que não vão fazer mais nada no Côa". Aires Ferreira considera que, não só estes concelhos ficaram sem aquela barragem, como também vão ficar sem o quadro de investimentos a que vinham tendo acesso.

O encerramento do balcão, em Vila Nova de Foz Côa, significa que só em Coimbra podem ser apresentadas as candidaturas a financiamento no âmbito da AIBT. Aires Ferreira explica a sua indignação, dizendo que "o programa só existe porque há gravuras em Foz Côa".

O ProCôa, inicialmente, envolvia apenas os municípios de Vila Nova de Foz Côa e Torre de Moncorvo. Depois, o apoio estendeu-se a outros concelhos limítrofes, e actualmente a AIBT do Côa diz respeito a 6 concelhos da Região Centro, cuja sede é em Coimbra, e 4 da Região Norte, cuja sede é no Porto. Recordamos que estas

*Esse tipo de turismo "não existe"*

divisões geográficas dizem respeito às comissões de coordenação regionais, actualmente designadas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento (CCRDs), que gerem os fundos comunitários. O facto de a Região Centro ter 6 concelhos na AIBT do Côa terá determinado que a gestão desses fundos tenha passado para a Região Centro, ao contrário do que acontecia no II QCA.



Aires Ferreira considera que no Sabor não existe nada a defender e, "pelo menos, no Côa há um património que podia ser rentabilizado"

# Sem barragem e sem AIBT